

CAPÍTULO 8

USO RACIONAL DE ANTIBIÓTICOS NA ATENÇÃO BÁSICA: UMA ATUALIZAÇÃO DA LITERATURA

Catarina Távora de Oliveira

Dario Correia Pereira

Felipe Sfolia

Laura Leme de Araujo Rodrigues da Silva

José Severino Campos Neto

RESUMO

O uso racional de antibióticos é uma das estratégias centrais para o enfrentamento da resistência antimicrobiana, atualmente considerada uma das maiores ameaças à saúde pública global. No contexto da atenção básica, onde ocorre grande parte das prescrições, especialmente para condições prevalentes como infecções respiratórias, urinárias e doenças de pele, a adoção de práticas adequadas de prescrição é essencial para evitar uso excessivo, inadequado ou desnecessário desses medicamentos. A disseminação de bactérias resistentes compromete a eficácia terapêutica, aumenta taxas de hospitalização, custos para o sistema de saúde e mortalidade. No Brasil, iniciativas como o Plano de Ação Nacional para Prevenção e Controle da Resistência aos Antimicrobianos (PAN-BR) e o fortalecimento da Estratégia Saúde da Família buscam qualificar o cuidado, mas desafios persistem, incluindo automedicação, baixa adesão a protocolos clínicos, pressão social para prescrição e carência de capacitação contínua dos profissionais. A literatura aponta que intervenções educativas, auditorias clínicas, protocolos institucionais e monitoramento de indicadores podem reduzir significativamente o uso inadequado de antibióticos. Nesse sentido, compreender as evidências atuais sobre práticas de prescrição racional na atenção primária é fundamental para subsidiar políticas e aprimorar o cuidado à população. Foi realizada uma revisão narrativa da literatura entre 2013 e 2024 nas bases PubMed, SciELO, Scopus e Web of Science. A literatura reforça que o uso racional de antibióticos na atenção básica é fundamental para o controle da resistência antimicrobiana e para a garantia de tratamentos eficazes e seguros. Os estudos apontam que grande parte das prescrições inadequadas ocorre em infecções virais, especialmente respiratórias, e em quadros autolimitados. Estratégias como educação permanente,

implementação de protocolos de manejo clínico, auditorias e feedback para profissionais, além de campanhas de conscientização para a população, mostram-se eficazes para reduzir prescrições desnecessárias.

PALAVRAS-CHAVE: Antibióticos; Atenção básica; Resistência antimicrobiana; Prescrição racional; Saúde pública.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano de Ação Nacional para Prevenção e Controle da Resistência aos Antimicrobianos no Âmbito da Saúde Única (2021–2025)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.
- CDC – Centers for Disease Control and Prevention. **Core Elements of Outpatient Antibiotic Stewardship**. Atlanta: U.S. Department of Health and Human Services, 2019.
- FLEMING-DUTRA, K. E. et al. Prevalence of inappropriate antibiotic prescriptions in U.S. ambulatory care settings. *JAMA*, v. 315, n. 17, p. 1864–1873, 2016.
- LAXMINARAYAN, R. et al. Antibiotic resistance – the need for global solutions. *The Lancet Infectious Diseases*, v. 13, n. 12, p. 1057–1098, 2013.
- O'NEILL, J. **Tackling Drug-Resistant Infections Globally: Final Report and Recommendations**. Review on Antimicrobial Resistance. London: HM Government, 2016.